

GEOGRAFIA, PRODUÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO REGIONAL

Adriana de Almeida Colvero

Doutorado no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

São Paulo – Brasil

Email: Adriana.Colvero@gmail.com

Resumo

O espaço pode ser compreendido como a categoria do conhecimento geográfico mais geral que inclui as categorias território e região como concretizações do espaço geográfico. Para se estudar a região e seu território, considera-se a realidade sócio-espacial do lugar como território configurado na regionalização do espaço, o qual deverá ser objeto do planejamento territorial e regional. O objetivo deste trabalho é discutir a contribuição da geografia na atividade do planejamento territorial e participativo, apontando que para o ordenamento do território, faz-se importante o procedimento de gestão pública compartilhada, devido aos vários interesses e necessidades dos diferentes agentes e sujeitos sociais que usam e ocupam o território e, portanto, produzem e valorizam o espaço em sentidos diversos. A partir de uma reflexão teórico-metodológica materialista histórica e dialética diante da simbologia sócio-espacial, pretende-se sugerir possibilidades para se repensar novas estratégias e ações do planejamento e gestão do território local-regional, considerando como a valorização do espaço, em determinada realidade territorial, envolve um conjunto de diferentes relações de produção e poder, que se materializam no território, sejam elas voltadas para interesses econômicos, políticos ou sócio-culturais.

Introdução

Na geografia, as categorias território e região podem ser compreendidas como concretizações do espaço geográfico, onde está representado o fenômeno urbano e ou rural. Para se estudar a região e seu território, deve-se considerar a realidade sócio-espacial do meio urbano e ou rural como território configurado na regionalização do espaço, o qual deverá ser objeto do planejamento do território regional.

A globalização do mundo, a partir do século XX, tem sido em grande parte conduzida pelos interesses dos diversos setores hegemônicos da economia. Esse processo tem capturado territórios e intensifica a territorialização e regionalização de muitos lugares em moldes divulgados e estabelecidos pelos sistemas de poder hegemônicos, que por

sua vez se utilizam do modo capitalista de produção e valorização do espaço. Porém, paralelo a este processo, temos a territorialização que é endógena ao local. Assim, temos a organização de territórios onde se imprimem novas formas e funções sobre ou em conjunto com as antigas formas, funções, identidades e simbologias espaciais, resultando na diversidade de diretrizes e ações sobre o território e conseqüentemente, nas várias formas de se produzir e valorizar o espaço.

O Brasil, mais especificamente a partir da década de 1930, passou por reformas de base administrativa, produtiva e institucional que muito contribuiu com o desenvolvimento social e econômico do país e, conseqüentemente, com sua maior inserção nas relações internacionais. Segundo estudo de Ignacy Sachs (2001, p. 75), de 1940 a 1980 o Brasil cresceu ao ritmo de 7% ao ano, dobrando o seu PIB (Produto Interno Bruto) de 10 em 10 anos. Porém, “este avanço ocorreu por meio de um crescimento socialmente perverso, alimentado pelo aprofundamento persistente das desigualdades e pela gestão inflacionária dos conflitos distributivos”, pois, o crescimento econômico e a perspectiva de desenvolvimento territorial meramente a efeito das grandes corporações que detém a hegemonia da acumulação do capital é incompatível com o desenvolvimento humano que supõe, segundo Sachs, a extensão de todos os direitos, inclusive os econômicos, sociais e culturais ao conjunto dos cidadãos.

Em termos de gestão pública o papel do Estado é, no mínimo, imprescindível nos procedimentos para as decisões e encaminhamentos técnicos e políticos nos diversos temas que interessa a sociedade e conserva a natureza. Sachs *et al.* destacam que:

Enfrentar o desafio ambiental planetário exige processos colaborativos e a construção de uma cultura de pactos pelo bem comum, ou pelo menos para evitar o desastre comum. A ruptura do ciclo da pobreza e da desigualdade implica no deslocamento da visão tradicional que atrai investimentos para onde se situa a capacidade de compra, e, portanto envolve a mudança da chamada governança corporativa. O processo de inclusão produtiva dos quase dois terços de excluídos envolve outra lógica do emprego, formas múltiplas e diferenciadas de inserção na produção de bens e serviços. O resgate destas prioridades reais do planeta e da humanidade envolve por sua vez uma participação muito mais significativa do Estado, que com todas as suas fragilidades ainda constitui o melhor instrumento de coordenação de esforços

sociais de que dispomos. Mas se trata de um Estado muito mais regulador do conjunto dos esforços da sociedade. É indispensável o resgate da visão sistêmica, da visão de longo prazo, e dos mecanismos de planejamento. Estamos falando, na realidade, da construção de outra cultura política (SACHS, LOPES, DOWBOR, 2010, p. 09).

O fato é que até a década de 1970, a idéia de plano, na concepção predominante da formação do Estado Brasileiro, deu-se a partir de projetos territoriais ambientais e urbanísticos modernizantes, idealizados para a renovação do espaço e voltados para atender o crescimento econômico. Percebeu-se que esta lógica de desenvolvimento expressa nas diretrizes e ações dos planos econômicos e territoriais não se ateuve aos agravantes das desigualdades sociais e da degradação ambiental. Frente a isso, no processo de luta pela democratização do país, as forças progressistas iam se estruturando para marcar a transição democrática e propor projetos de reforma do Estado e de reforma urbana e ambiental, instruindo-se dos paradigmas do planejamento democrático e participativo.

As décadas de 1980 e 1990 foram promissoras no Brasil quanto ao crescimento dos debates e da participação da sociedade civil, em geral, nas discussões sobre políticas públicas. Diante de todos esses movimentos e manifestações, os parâmetros tradicionais de planejamento começaram a ser questionados em um contexto de politização da questão urbana e regional, devido ao aumento da participação da sociedade civil na construção de muitos projetos embasados em novas diretrizes e ações políticas, visando à inclusão social e territorial, e que foram exercitadas em algumas gestões municipais no país.

Entretanto, esse processo de abertura e democratização na elaboração de políticas públicas em moldes participativos, que vai se exercitando em gestões públicas no país, é reconstituído dentro do enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social e o fortalecimento do mercado e a presença do mesmo em vários setores sociais.

Mesmo assim, o Estado deve ser um poder regulador frente às necessidades reais do crescimento econômico e no apoio responsável pela ascensão da participação e mobilização política de várias organizações da sociedade civil em prol do bem comum. Abre-se a perspectiva do Estado criar mais tentáculos e compartilhar a gestão e o planejamento do território com tantos órgãos públicos, entidades não governamentais,

entes financeiros, organizações transnacionais, movimentos sociais, dentre outros agentes e sujeitos sociais. Assiste-se a um aumento das parcerias com o Estado, de cooperativas e organizações sociais de vários tipos mostrando assim, que existem outros agentes que podem, com suas propostas de projetos e planos, atender em parte as demandas sociais e territoriais, em um contexto de politização na atividade do planejamento territorial e em pacto social de gestão compartilhada.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir a contribuição da geografia na atividade do planejamento territorial e participativo, visando o desenvolvimento do território e sua região, indicando que para o ordenamento do território faz-se importante o procedimento de gestão pública compartilhada, devido aos vários interesses e necessidades dos diferentes agentes e sujeitos sociais que usam e ocupam determinado território e, portanto, produzem e valorizam o espaço em sentidos diversos.

É com uma abordagem teórico-metodológica materialista histórica e dialética diante da simbologia sócio-espacial que se pretende sugerir, neste trabalho, possibilidades para se repensar novas estratégias e ações do planejamento e gestão do território, considerando como a valorização do espaço, em determinada formação territorial, envolve um conjunto de diferentes relações de produção e poder, que se materializam e se inscrevem como fenômenos no território, sejam elas voltadas para interesses econômicos, políticos ou sócio-culturais.

I - Planejamento territorial e participativo

O planejamento do território, dentro de uma abordagem mais progressista, tem se voltado para a elaboração de políticas públicas com participação social e para a construção de projetos e planos que possam estabelecer a justiça social na gestão democrática dos recursos disponibilizados para a atividade do planejamento territorial. É a contraposição dos planos, projetos e programas públicos até então elaborados por um viés centralizador das decisões e ainda muito conservador nos princípios e diretrizes políticas em prol do jogo do mercado e pouco sensíveis à realidade local e aos problemas físicos e sociais da territorialização.

Em trabalho de Miranda Neto (1979), ele diz que um planejamento objetivo e coerente requer uma visão sistêmica e realista e ser um modelo pragmático e flexível, pois, cada região ou cada território precisa de um tipo de organização para atender às suas necessidades com mais eficiência a partir do inventário dos recursos e potencialidades do local, deve abordar um enfoque global e considerar a participação da população, inclusive nas decisões, considerando-se a importância do diálogo amplo e a sensibilidade das autoridades para com os problemas humanos do desenvolvimento.

José Miguel Fernández Güell (1997), autor de um importante estudo sobre o denominado planejamento estratégico, aponta que vivemos um grande paradoxo a partir do final do século XX, pois, quanto mais somos absorvidos pela lógica econômica e sócio-cultural de um mundo globalizado mais ainda são acentuadas as lógicas singulares das localidades:

La planificación estratégica puede definirse como una forma sistemática de manejar el cambio y de crear el mejor futuro posible para una ciudad. Más específicamente, la planificación estratégica es un proceso creativo que sienta las bases de una actuación integrada a largo plazo, establece un sistema continuo de toma de decisiones que comporta riesgo, identifica cursos de acción específicos, formula indicadores de seguimiento sobre los resultados e involucra a los agentes sociales e económicos locales a lo largo de todo el proceso (GÜELL, 1997, p.54).

O local é um território circunscrito da produção econômica e social do espaço e também um lugar criado e projetado pelas concepções políticas e ideológicas de vários agentes e sujeitos sociais que ocupam e vivem em determinado território.

Carlos Matus (1997), economista chileno, contribuiu com sua teoria do planejamento estratégico situacional para o debate sobre diretrizes e ações de políticas públicas territoriais em países da América Latina. Ele refere-se a atividade do planejamento como ao cálculo que precede e preside a ação. Portanto o planejamento é:

Cálculo situacional sistemático que relaciona o presente com o futuro e o conhecimento com a ação. A reflexão imediatista, tecnocrática e parcial não é planejamento, e tampouco é planejamento a reflexão que se isola da ação e torna-se uma mera pesquisa sobre o futuro (MATUS, 1997, p.19).

Para Matus, o que ele denomina como planejamento estratégico situacional é aquele que:

Embora simplifique a realidade, selecionando o que é relevante para os atores sociais, nega-se a deformá-la em seus traços mais importantes, como a criatividade e subjetividade dos atores sociais, (...) a coexistência de atores com visões e objetivos distintos, que agem conforme as diferentes formas de inserção no processo de produção social (...). Por isso, o planejamento situacional lida com sistemas e problemas quase-estruturados, e seus métodos procuram ajustar-se à realidade tal como ela é (MATUS, 1997, p. 182).

Acompanhando o raciocínio de Carlos Matus, a categoria *situação* não abarca o todo, é uma unidade que ganha o status de totalidade quando passa a ser auto-referência daquele que analisa determinada situação apoiado na compreensão das diversas formas de produção e valorização social do espaço da dinâmica da formação territorial. O planejamento estratégico situacional aponta para o tema da existência de conflito e cooperação na atividade de planejamento. As ações observadas nesse modelo correspondem a comportamentos e as principais ações são estratégias fundamentadas em juízos estratégicos nas inerentes relações de poder que se inscrevem no território. O contexto do plano é uma passagem contínua entre conflito, concerto e consenso (MATUS, 1997).

Isso permite que novas propostas e estudos sobre planejamento entrem em cena para emitir um olhar mais cuidadoso sobre as realidades locais e com isso, situar as possibilidades de dirigir a atividade do planejamento territorial diante das necessárias interconexões econômicas, sociais e culturais, exógenas e endógenas ao local. Pois, os municípios e sua região são locais de tensões, diversidades culturais, organizações institucionais próprias dentre outras características que estruturam o lugar e cria-se ali um ritmo particular, o qual deve ser colocado nas teorizações e ações para o planejamento.

O Estado deve ser tratado como o lugar do planejamento, mas, não seu lugar privilegiado, sua presença é importante para garantir a formação da vontade política. Quanto à sociedade, essa poderá elaborar propostas independentes da administração pública e do jogo do mercado e ser movida pela solidariedade e respeito mútuo no

processo comunicativo de planejamento quando, do processo político, redefinir valores, normas etc (RANDOLPH,1999).

Por isso, há necessidade de uma nova conjuntura da política institucional diante das novas estratégias que buscam a descentralização administrativa e desconcentração do poder, a participação social e a autonomia do planejamento, por meio, por exemplo, da participação social na elaboração de políticas públicas com diretrizes e ações justas e responsáveis frente às várias realidades geográficas que se apresentam em suas espacialidades diferenciadas, a fim de se estabelecer a justiça social no uso e ocupação do espaço.

A atividade do planejamento territorial na geografia requer um método que estude e avalie os territórios em suas potencialidades e problemas sociais e ambientais e, assim, poder orientar o crescimento econômico na perspectiva do desenvolvimento territorial equitativo e redistributivo dos recursos proporcionados por esse crescimento, em um processo de gestão compartilhada na elaboração de políticas públicas com participação social para o ordenamento do território diante de sua realidade sócio-espacial.

II - Geografia e planejamento territorial: uma abordagem teórico-metodológica

A reflexão teórica e metodológica que se faz sobre o objeto de estudo na geografia requer a compreensão conceitual de categorias elaboradas no campo desta ciência a partir de uma abordagem materialista histórica e dialética diante da realidade sócio-espacial.

Para Armando Corrêa da Silva (1986a) o espaço é a categoria do conhecimento geográfico mais geral, que inclui outras categorias como lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população. Por isso que, na geografia, o espaço como categoria abstrata encontra sua concretização conceitual através das categorias território, região, formação sócio-espacial ou formação territorial, por exemplo.

Para este autor, “o objeto lógico da ciência geográfica é o espaço, sendo o lugar a categoria seguinte. O lugar manifesta-se como área, região, território. Estes são a expressão do lugar (...) e a população percebe e toma consciência do espaço que vive e trabalha” (SILVA, 1988, p. 07).

Sobre as categorias formação social e espaço, Milton Santos esclarece que:

cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos (...). A história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, de sua complexificação sobre seu território espacial (...) A formação social, totalidade abstrata, não se realiza na totalidade concreta senão por uma metamorfose onde o espaço representa o primeiro papel (SANTOS, 1977, p. 88).

A formação social é derivada do sistema social e econômico do modo de produção capitalista, a qual se insere em um espaço particular e esse espaço, se reproduz internamente nas esferas social, econômica, política e ideológica resultando em uma formação sócio-espacial. Assim, Milton Santos chegou à conclusão da inseparabilidade das noções de espaço e sociedade que são inerentes à categoria de formação social, pois, não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. Nesse caso, os geógrafos devem abordar as formações sócio-espaciais.

Na geografia, pensar o objeto geográfico como sendo o espaço social, requer o entendimento da sua dimensão espacial, em sua dinâmica e complexidade no processo de globalização. Nesta reflexão, a noção de totalidade é requerida na geografia, pois esta é a síntese da dialética entre o tempo e o espaço que permite compreender a dinâmica das relações sociais de produção, a vida em sociedade, que é prática sócio-espacial e deve ser entendida dentro de um conjunto de variáveis que produzem determinada formação sócio-espacial ou territorial.

Henri Lefebvre (2008) diz que o espaço foi modelado por elementos históricos, ou pode-se dizer, por elementos da dinâmica estrutural econômica e social, e por elementos naturais, mas politicamente. A produção social do espaço e seu produto, o território, é um processo povoado de ideologias que se inscrevem no espaço como territorialidades. Pensar na construção e reflexão sobre as elaborações e estratégias das políticas territoriais e do processo de planejamento implica em relacionar o “espaço percebido, o espaço vivido e o espaço concebido”, conceitos trabalhados por este autor, os quais envolvem os fenômenos do meio urbano e ou rural e o cotidiano dentro da produção e reprodução das relações sociais existentes em uma dada realidade territorial e regional.

Os processos sociais de transformação do espaço são modelados pelas ações de todos os agentes e sujeitos sociais, os quais lutam para sobrepor suas próprias geografias em determinada circunstância histórica o que resultará em uma formação territorial que reproduz territorialidades em suas diferentes faces do poder que se expressam no território.

Antonio Carlos Robert Moraes (1988) discute que as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, utopias, interesses e necessidades por isso, não precisamos nos deter somente a forma espacial criada (material e objetiva), mas sua imagem no fluído universo da cultura e da política. O discurso sobre os lugares é revelador da consciência que se tem sobre o espaço:

Seria possível nomear um campo no universo das ideologias – aquele que expressa a consciência do espaço trabalhada num sentido político – como geográfico. (...) Poder-se-ia dizer ideologias espaciais ou territoriais (...). Este campo manifesta no plano das idéias a relação sociedade – espaço e constitui a via privilegiada da relação do saber geográfico com a prática política. (...) As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da relação com ele (MORAES, 1988, p.44).

Ainda acompanhando a análise de Moraes (1988), a elaboração política sobre os temas espaciais é matéria das ideologias geográficas e o trabalho é captar os contextos de formulações das políticas, os agentes desse movimento e os interesses veiculados, para poder pensar e agir sobre o ordenamento do espaço.

A geografia tomada como uma disciplina prática na sua inter-relação com o planejamento territorial tem como objetivo ordenar o espaço organizado pelas relações sociais de produção. O geógrafo Pierre George (1969, p. 163) havia considerado que “as ciências humanas (...) são cada vez mais levadas a se tornar ativas (...) a participar de uma pesquisa normativa capaz de fornecer os temas de uma política do equipamento e do desenvolvimento urbano e regional”.

A região e seu território é um espaço geográfico onde os processos sociais, econômicos, políticos e culturais passam por transformações temporais na dinâmica espacial, redefinindo os fixos e fluxos, formas e funções do território. Para compreender-se o papel da geografia regional deve-se considerar a teoria e a prática,

pois, a geografia regional é um aplicativo para o planejamento do território que se quer estudar (HAESBAERT, 2010).

Como considerou Marcelo Lopes de Souza (2004, p.90), o planejamento é uma modalidade aplicada do saber no campo da ciência geográfica. Geografia e planejamento, tomados em conjunto, são pesquisas básica e aplicada e, no que “concerne ao desenvolvimento sócio-espacial, compreende tanto a reflexão teórica, conceitual e metodológica sobre a natureza da dinâmica sócio-espacial e as formas de se obter conhecimento sobre ela, quanto o trabalho empírico”.

A região é construída assim, por diversos agentes e sujeitos sociais, representantes do Estado e da sociedade civil. Neste caso, a região a ser estudada como objeto do planejamento territorial e participativo deverá ser analisada a partir de sua formação sócio-espacial, pelos processos e problemas locais e globais da regionalização, que se expressam tanto na escala zonal como na escala em redes.

A formação sócio-espacial edifica o lugar, o qual é a territorialidade que se expressa socialmente em um espaço geográfico relacional e diferencial. O lugar, a territorialidade que se expressa espacialmente como realidade social e territorial, é o objeto de análise da pesquisa geográfica com intuito de produzir uma teoria da particularidade e contribuir com o desenvolvimento da atividade de planejamento em geografia (SILVA, 1986b).

Devido aos vários interesses e necessidades dos diferentes agentes e sujeitos sociais que usam e ocupam determinado território e, portanto, produzem e valorizam o espaço em sentidos diversos, faz-se importante o procedimento do planejamento participativo e de gestão pública compartilhada. Pois, como discutido por Yves Lacoste (1993, p. 49), vivemos em uma espacialidade diferencial “feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série de práticas e idéias, mais ou menos dissociadas” e o trabalho do geógrafo, na atividade do planejamento territorial é considerar o espaço, o território e sua região, como um dado político. Acompanhando a análise de Lacoste, não é possível compreender o papel do geógrafo e o seu objeto de trabalho, o espaço social, sem colocar os problemas do político, ou melhor, do geopolítico, que se apreendem como

tudo aquilo que mostra a complexidade das relações entre o que sobrevém da política e as configurações geográficas.

O planejamento, como atividade de trabalho do geógrafo e em âmbito multidisciplinar, deve instruir-se por meio da realidade do espaço físico, social e político. A geografia apresenta e fornece o seu conhecimento produzido para a viabilização de uma gestão pública compartilhada na atividade do planejamento territorial e na construção de políticas públicas para o desenvolvimento territorial do espaço concebido, vivido e percebido pelos diversos agentes e sujeitos sociais que ocupam e usam determinado território, pois, ali, está o espaço de representação e a representação do espaço que um método geográfico, materialista histórico e dialético sobre a simbologia sócio-espacial, pode ajudar a desvendar.

Considerações finais

O planejamento territorial e regional no caso brasileiro esteve, em grande parte, submetido e articulado a um sistema que é definido, por um lado, pelas diretrizes tecnocráticas coordenadas pelo Estado e pelas necessidades das classes econômicas hegemônicas e, do outro lado, está a sociedade civil em seu cotidiano, inserida em um território concebido pelas políticas elaboradas para atender, muitas vezes, ao sistema hegemônico da economia que se expressa localmente.

Diante das contradições decorrentes do processo de mudanças na economia para um modelo de produção flexível e de financeirização da riqueza, muitos conflitos entre forças econômicas nacionais e internacionais e entre grupos e movimentos sociais que compõem a formação sócio-espacial nacional e entre esses segmentos em oposição ao Estado foram marcantes e definitivos nos debates e elaboração de projetos para a abertura política na discussão de planos e projetos territoriais, mesmo em face da dinâmica econômica interna desenvolvida.

Assim, a partir do final da década de 1970, houve uma transformação significativa dos governos locais no país. Neste período, foi crescente a participação social, a valorização da cidadania o que fez emergir novos poderes locais proporcionada pela abertura dos debates para as resoluções dos problemas sociais e ambientais

envolvendo os diferentes agentes e sujeitos sociais no processo de se pensar as políticas públicas a serem empreendidas no território e a implantação, como um pacto social, da gestão compartilhada.

A cidadania é um direito que deve ser adquirido por todos por meio da conquista da democracia e esta só se faz quando o debate político toma uma pauta de importância nas diretrizes do planejamento, propondo uma redefinição do significado de desenvolvimento local, o qual não exclua do debate a complexidade da sociedade no espaço e os diversos agentes e sujeitos sociais que devem participar na gestão pública e na elaboração de políticas públicas a fim de atender às demandas territoriais no enfoque da justiça social.

O território é, assim, aquele lugar geográfico que, para ser compreendido em seu processo de formação sócio-espacial, pode ser estudado como um ponto de referência nas intersecções dos diversos conjuntos de fenômenos físicos e sociais que estão representados nas diferentes escalas de análise geográfica - o local/regional, o nacional, o global.

Na geografia, o estudo da formação sócio-espacial ou territorial produz um saber geopolítico, e este conhecimento pode contribuir com um discurso científico e político sobre o território objeto de estudo para a ação do planejamento.

Referências Bibliográficas

GEORGE, Pierre. Sociologia e geografia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Companhia Editora Forense, 1969.

GÜELL, José Miguel Fernández. Planificación estratégica de ciudades. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2010.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MATUS, Carlos. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1997.

MIRANDA NETO. O dilema da Amazônia. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: HUCITEC, 1988.

RANDOLPH, Rainer. O Planejamento comunicativo entre as perspectivas comunitarista e liberal: há uma terceira via de integração social? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 1, p.83-108, 1999.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de out. 2010. doi: 10.1590/S0103-40142001000300008.

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos; DOWBOR, Ladislau. Crises e oportunidades em tempos de mudança. Disponível em: <<http://dowbor.org/09fsmt7portuguespositionpaperldfinal.doc> > Acesso em: 26 de out. de 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 54, p. 81-99, junho de 1977.

SILVA, Armando C. O espaço fora do lugar. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, Armando C. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M. e SOUZA M. A. A. (Coords.) O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986a.

SILVA, Armando C. De quem é o pedaço? Espaço e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1986b.

SOUZA, Marcelo L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.